

**AGROECOLOGIA E MST NO LESTE PARANAENSE: AS
EXPERIÊNCIAS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO
(LAPA/PR) E DO ACAMPAMENTO JOSÉ LUTZENBERGER
(ANTONINA/PR)**

**AGROECOLOGY AND MST IN THE EASTERN PARANÁ: THE
SETTLEMENTS CONTESTADO (LAPA/PR) AND JOSÉ
LUTZENBERGER (ANTONINA/PR) EXPERIENCES**

Gabriela de Menezes Fernandes¹

gabsmfernandes@gmail.com

Vinicius Antonio Banzato Facco²

v.facco@hotmail.com

RESUMO

Ao tomar como premissa e ponto de partida o cenário conjuntural fortemente permeado pela questão ambiental, com foco de análise para o espaço agrário, o presente trabalho versa sobre a agroecologia enquanto forma de resistência e emancipação por parte do campesinato perante o economicismo das grandes corporações do agronegócio e agências de desenvolvimento rural. Diante disso, apresenta as propostas agroecológicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em dois locais do leste paranaense: o assentamento Contestado e o acampamento José Lutzenberger. O texto visa elencar as práticas produtivas destes dois territórios, mostrando as particularidades de cada um deles, e onde ambos também convergem. Com isso, intenta-se apresentar alternativas a um capital que subordina uma grande variedade de sujeitos que se reproduzem no meio rural.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia; MST; Questão Agrária; Campesinato.

ABSTRACT

Taking as premise and starting point the current conjuncture strongly permeated by environmental issues, with focus to the agricultural space, this paper deals with agroecology as a form of resistance and emancipation from the peasantry to the economic focus of large corporations agribusiness and rural development agencies. Therefore, it presents agroecological proposals of the Landless Rural Workers Movement (MST) in two places of the Paraná eastern region: the Contestado settlement and the José Lutzenberger settlement. The text aims to list the productive practices of these two territories, showing the characteristics of each one of them, and where both also converge. With this, it intends to

¹ Graduanda em Geografia (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal do Paraná. Integrante do coletivo de estudos sobre conflitos pelo território e pela terra (Encontra).

² Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Integrante do coletivo de estudos sobre conflitos pelo território e pela terra (Encontra).

put forward alternatives to a capital that subordinates a wide variety of people that live in rural areas.

KEYWORDS: Agroecology; MST; Agrarian Question; Peasantry.

RESUMEN

Tomando como premisa y punto de partida la coyuntura actual fuertemente impregnada por las cuestiones ambientales, con especial atención al espacio rural, el presente documento analiza la agroecología como una forma de resistencia y emancipación del campesinado al economicismo de las grandes corporaciones de la agroindustria y las agencias de desarrollo rural. Em esse sentido, el trabajo presenta propuestas agroecológicas del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en dos regiones del este del Estado del Paraná: los asentamientos Contestado y José Lutzenberger. El texto tiene por objeto enumerar las prácticas productivas de estos dos territorios, y mostrar las características específicas de cada uno de ellos, y donde ambos también convergen. Con esto, se propone presentar alternativas a un capital que oprime una amplia variedad de sujetos que se reproducen en las zonas rurales.

PALABRAS CLAVE: Agroecología; MST; Cuestión Agraria; Campesinado.

INTRODUÇÃO

O cenário mundial apresenta-se fortemente marcado por debates sobre a questão ambiental. A relação sociedade-natureza, os limites do crescimento (econômico) e do desenvolvimento, a preservação e conservação dos recursos naturais: estes são alguns dos elementos incorporados em várias esferas de discussões. Nota-se que uma análise do mundo desde esta visão ambiental ganha ênfase a partir da segunda metade do século XX. “Afim, até os anos 1960, a *dominação da natureza* não era uma questão, e sim uma solução – o desenvolvimento. É a partir desse período que se coloca explicitamente a *questão ambiental*” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 51). Um novo vocabulário passa a ser identificado com esta leitura, inserindo noções controversas – como desenvolvimento sustentável – que fazem parte do discurso “esverdeado” de grandes corporações do setor do agronegócio e biotecnologia.

Ao tomar como pressuposto examinar a realidade marcada pelo debate ambiental constata-se a singularidade do espaço agrário e seus diversos conflitos, sendo que para este trabalho assumem relevância os conflitos socioambientais e a luta pela terra. A partir disso, há a agroecologia como forma de resistência multifacetada: defende uma prática produtiva agrícola autônoma – sem utilizar o pacote químico-sintético proposto pelas grandes empresas capitalistas –, a diversidade genética, a conservação de toda a biodiversidade ecossistêmica e, ademais, objetiva a permanência dos camponeses no meio

rural. Trata-se de uma visão holística desde uma concepção ecossocial (CAPORAL e COSTABEBER, 2000), em detrimento do agronegócio e sua característica ecotecnocrática moderno-ocidental, que visa a acumulação de capital a todo custo, agora com a retórica do desenvolvimento sustentável.

Altieri (2012) enfatiza que a agroecologia é caracterizada por dar às comunidades locais a capacidade de experimentar, avaliar e expandir seu poder de inovação, utilizando da unificação das feições ecológicas, socioeconômicas e agrônômicas. Esta racionalidade holística nega o economicismo exacerbado pelas grandes corporações do setor agroquímico-alimentar-financeiro (THOMAZ JÚNIOR, 2010), se tornando uma matriz produtiva importante para o processo de emancipação da agricultura camponesa e de resistência na luta contra o capital. Entende-se então que a agroecologia é concebida como uma dimensão mais ampla do que um diferente enfoque para agricultura, pautada no manejo equilibrado do solo e dos demais recursos naturais, tratando-se, sobretudo, de uma forma de autonomia dos camponeses aos meios de produção, comercialização e consumo impostos à comunidade rural pelas grandes empresas capitalistas.

Debater o espaço agrário, na atual conjuntura, traz à tona questões importantes como a da luta pela terra. E sendo um dos principais atores sociais desta luta, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), exerce um papel de resistência enorme na dinâmica do capitalismo no campo, que além de lutar pela conquista da terra, está em constante batalha pela autonomia camponesa (GONÇALVES, 2008). O MST se aproxima deste paradigma da agroecologia a partir dos anos 2000, assumindo-a como principal modelo de produção nos assentamentos rurais, e hoje busca, mesmo diante das constantes dificuldades, incentivar o processo de transição agroecológica dentro das comunidades do movimento, mostrando ser o caminho primordial para a realização de uma reforma agrária plena e autônoma frente ao sistema capitalista.

Diante disso, o presente trabalho pretende apresentar as práticas agroecológicas de dois territórios do MST: o assentamento Contestado e o acampamento José Lutzenberger, que estão localizados nos municípios da Lapa e Antonina, respectivamente. Objetiva-se, a partir desta exposição, evidenciar as possibilidades e alternativas que estes territórios agroecológicos materializam perante a lógica capitalista hegemônica e seu modo de ordenamento do meio rural. Ademais, o texto se propõe a apresentar as especificidades dos dois *locus* de resistência, mostrando, além disso, o que há de comum e similar nestas comunidades camponesas, sobretudo em seu aspecto produtivo. Em suma, espera-se que, com o presente trabalho, sejam apresentados os fundamentos de

uma forma de resistência no meio rural, a partir da agroecologia. Esta proposta epistemológica se insubordina às lógicas economicistas do capital, centralizando o papel do campesinato, que coevoluiu com a natureza. Segue, então, a descrição das experiências agroecológicas do assentamento Contestado, e em seguida as formas produtivas do acampamento José Lutzenberger.

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO ASSENTAMENTO CONTESTADO: A INFLUÊNCIA DA ELAA E A LUTA PARA A INSERÇÃO DA AGROECOLOGIA

Uma das experiências apresentadas neste texto está sendo desenvolvida na região sul do país, mais precisamente no leste do estado do Paraná. O assentamento Contestado está localizado na Lapa, região metropolitana de Curitiba, cerca de 70 km da capital. (Figura 1). Seu território foi conquistado através da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no ano de 1999, após denúncias feitas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) contra a antiga empresa responsável pela propriedade, a INCEPA, a qual mantinha muitas dívidas, principalmente com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e não desenvolvia com atividades relacionadas à agricultura e pecuária.

Tal empresa explorava estas terras para reflorestamento de espécies exóticas, como pinus e eucalipto, que eram usadas para produzir carvão, destinado à geração de energia para sua fábrica de cerâmica. (VALADÃO, 2012).

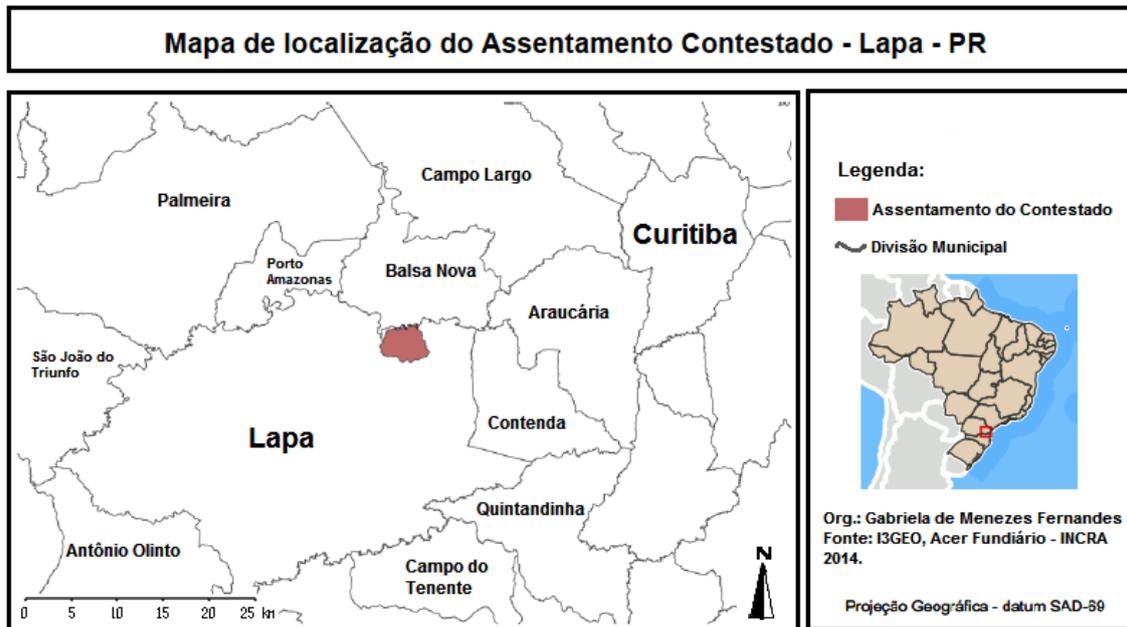


Figura 1 – Mapa de localização do assentamento Contestado. Fonte: Gabriela de Menezes Fernandes (2014).

O assentamento possui 3.200 hectares, dos quais 1240 ha são áreas de proteção e conservação ambiental. Além disso, há 700 ha de reflorestamento, remanescente das atividades realizadas antes da ocupação e instalação do assentamento. Dentro deste território estão instaladas 108 famílias, divididas em seus lotes individuais que contam com 10 à 15 hectares, onde devem construir suas residências e cultivar seus alimentos.

Além disso, há uma área reservada para o uso coletivo, na qual se encontram a Sede da Cooperativa Terra Livre e também as instalações da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA). Tal território foi organizado em 10 núcleos constituídos de 10 à 15 famílias cada. Estes núcleos são provindos de necessidades do próprio MST em estimular a ligação entre as famílias, os dirigentes para consolidar a base do movimento.

Com o objetivo de atuar nos processos de produção e comercialização agroindustrial no assentamento, em 2010, foi criada a Cooperativa Terra Livre que desde a sua fundação procura trabalhar seguindo as práticas e manejo agroecológicos. De acordo com Batista e Capitani (2013) a cooperativa “se torna uma mola propulsora do estímulo à produção de alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos [...] Dessa maneira beneficiará não apenas o indivíduo que a cultivou, mas todo o processo que gira em torno do sistema de produção e comercialização”.

Ao longo destes 15 anos o assentamento acolheu as ideias de trabalhar a agroecologia com as famílias assentadas, iniciando o processo de transição agroecológica

com algumas delas. Tal forma de produção converge com a perspectiva abordada dentro do movimento de não subordinação ao modelo do agronegócio, demonstrando a resistência existente no assentamento. O temor por parte de algumas famílias em incorporar este tipo de prática sempre foi um entrave dentro do assentamento, pois tais famílias receavam não conseguir produzir suficientemente bem sem a utilização dos insumos químicos. E isso ainda se mantém nos dias atuais, em que parte das famílias produz de forma agroecológica, outras que produzem na forma convencional – utilizando agrotóxicos no cultivo de monoculturas – e ainda há aquelas que estão passando pelo processo de transição e cultivam nas duas maneiras.

O cultivo de produtos agrícolas no assentamento se destaca na horticultura e também em pequenas culturas de mandioca, amendoim, batata-doce, entre outras. Esses cultivos são destinados principalmente para o autoconsumo das famílias e abastecimento de mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Uma das formas de produção destes alimentos se dá através das hortas mandala³ as quais possibilitam aos camponeses maior variedade de alimentos como hortaliças, ervas medicinais e frutas. Estas mandalas são administradas por duas ou três famílias em áreas coletivas. Apesar da produção das hortas mandala serem feitas de forma coletiva, no assentamento prevalece a produção individual, feita nos lotes de cada família. Além disso, há a produção de leite, destinada principalmente para autoconsumo e também – em grande parte das propriedades – há a criação avícola, suína e bovina, sendo esta última destinada principalmente para corte e produção leiteira, muitas delas de acordo com as matrizes agroecológicas.

Além das práticas de produção e comercialização de alimentos, o Assentamento Contestado tem uma peculiaridade de grande importância para o local, que é abrigar a Escola Latino Americana de Agroecologia, sendo um local destinado à formação de técnicos em agroecologia. A ELAA foi inaugurada em agosto de 2005 e tem como objetivos propor e desenvolver os elementos que compõe uma nova matriz tecnológica, que é a agroecologia, e também ser um local de troca de conhecimentos e experiências entre os camponeses.

³ A palavra mandala tem origem na Índia antiga, na língua sânscrita e significa círculo, círculo mágico ou até mesmo concentração de energia. Ela é um símbolo universal de totalidade, integração e harmonia. As hortas mandalas são tipos de cultivo coletivo que surgem como alternativa às demais formas produção de alimento, elas são realizadas geralmente através de mutirões comunitários. São construídos canteiros circulares para a plantação nos quais se utilizam adubos orgânicos de compostagem ou esterco, cobertura morta com palhada e plantio de consórcio entre as espécies. (CEPAGRO, 2011).

Além disso, tem em seu projeto o anseio claro da formação humana, técnica e política dos estudantes, propondo a defesa à autonomia da produção (MANTOVANI, 2008). A escola conta com um diferencial bastante importante ao se fixar neste local, pois as práticas e experiências agroecológicas – resultado dos estudos e pesquisas realizadas nos cursos – são feitas dentro do grande “laboratório” que é o assentamento.

Esta peculiaridade, que é a ELAA, presente no assentamento demonstra as especificidades que cada local abarca e a influência que esta particularidade exerce dentro deste território, o qual busca maior autonomia frente às ações de subordinação que o capitalismo desempenha dentro do espaço rural, através do agronegócio. Neste sentido, enfatiza-se o que é dito por Gonçalves (2008) em que a agroecologia é vista como a matriz produtiva ideal para o processo de resistência e de emancipação da agricultura camponesa na luta contra o capital.

Mas que, ao mesmo tempo, apesar da influência exercida pela Escola, as dificuldades de inserção desta matriz ainda são encontradas dentro do assentamento, como o exemplo das famílias que ainda dependem das práticas convencionais de cultivo.

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO ACAMPAMENTO JOSÉ LUTZENBERGER: A LUTA PELA TERRA AGROFLORESTEIRA

O acampamento José Lutzenberger está situado no litoral do estado do Paraná, no município de Antonina (Figura 2). Trata-se de um local de resistência, a partir da ocupação, que simboliza a luta pela terra nesta região costeira. O território ocupado está inserido dentro de uma Unidade de Conservação: a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba. Além disso, ele está localizado na comunidade Rio Pequeno, na zona rural do município. O agrupamento recebe esta denominação devido ao maior rio que circula na localidade, que inclusive corta a área do acampamento. Em termos de distância, a ocupação está a 35 quilômetros da área urbana de Antonina, e cerca de 110 quilômetros da cidade de Curitiba. Atualmente, ele é organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

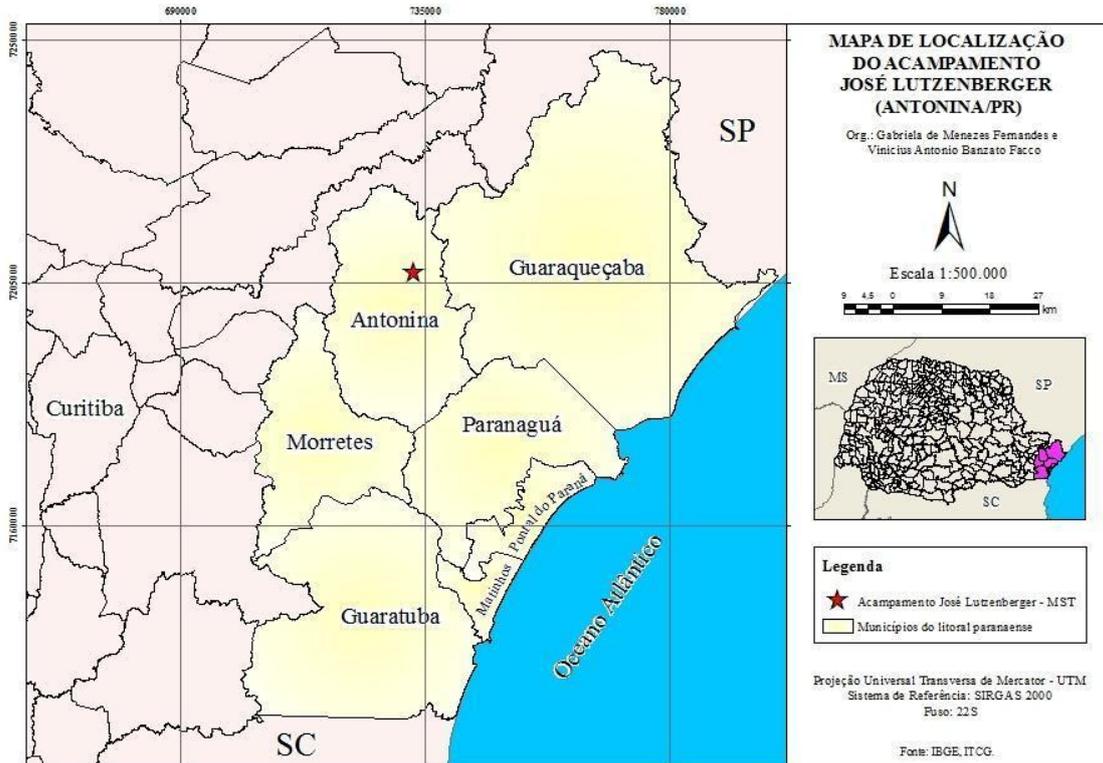


Figura 2: Mapa de localização do acampamento José Lutzenberger. Fonte: Vinicius Antonio Banzato Facco (2014).

A partir do estudo desta comunidade, é possível realizar um diálogo entre as questões agrária, alimentar e ambiental: o acampamento representa um caso paradigmático de estudo, pois materializa a luta pela terra, está situado em uma unidade de conservação (necessitando de um sistema produtivo agroecológico) e se dedica à produção exclusiva de alimentos, para abastecer a população local. O campesinato presente no território em estudo, organizado pelo MST, busca suas formas de se opor à lógica do capital, a partir da constatação de que o modo de produção capitalista se desenvolve de forma desigual e contraditória: acaba por recriar relações de produção diferenciais, tal como é a produção camponesa (OLIVEIRA, 2007).

A origem desta ocupação remete a conflitos fundiários e ambientais. São dois os eixos de embates que fazem urgir a ocupação na comunidade Rio Pequeno: disputas com uma Organização Não Governamental (ONG) ambientalista, que visava se apropriar das propriedades da região, e a luta contra a criação de búfalos, que degradava a vida dos moradores de Rio Pequeno. Este é o contexto no qual a insatisfação dos camponeses e posseiros da comunidade Rio Pequeno se dá, a partir do final da década de 1990, tomando concretude no início dos anos 2000, com a ocupação se efetivando em março de 2004. O

acampamento está situado na fazenda São Rafael, que está em nome de Pedro Paulo Pamplona, cuja dimensão é de 228,84 hectares (PIRES, 2008).

Este acampamento possui forma de produção coletiva. Os camponeses deste local necessitam, por acordo interno, produzir e trabalhar nas hortas comunitárias. São duas áreas desta produção em comum: uma agrofloresta, com aproximadamente 4 hectares, e a principal horta, que tem cerca de 6 hectares. A produção em grupo desta ocupação remete à organização coletiva da produção, nos quais há a verificação de que “[...] cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com o seu trabalho” (FABRINI e MARCOS, 2010, p. 31). Para a estruturação interna das atividades do acampamento, o trabalho de cada camponês nas hortas coletivas desempenha papel principal.

Há ainda, no território ocupado, uma cozinha, também chamada de agroindústria. As atividades realizadas neste local são de beneficiamento dos alimentos cultivados, tais como descascar os víveres, produção de polpa e doces de frutas, empacotamento e refrigeração dos produtos. A divisão social do trabalho neste local é realizada a partir do trabalho na roça e na cozinha.

A agroecologia é um dos pilares que dá sustentação à ética dos camponeses que resistem e (re)existem (em detrimento das vagas acepções e teses de desaparecimento do campesinato) em José Lutzenberger. Desde o início da ocupação, esta foi incorporada como um estilo de vida. A agudez da questão ambiental (o território está em uma Unidade de Conservação) fez com que isso se tornasse mais emblemático para a comunidade. A produção no acampamento segue os preceitos da agroecologia. Neste local, o modelo de cultivo sempre foi e, de acordo com depoimentos dos acampados, sempre será nesta base – onde pode ser constatado que a agroecologia está permeada como um estilo de vida para a comunidade. Para eles, a “Agroecologia é uma forma de vida. Cada dia a gente vem construindo a agroecologia. É uma forma de viver, não é um novo conceito. Mas é um resgate de uma agricultura” (ENTREVISTADO).

O foco da produção agroecológica neste território visa o cultivo de alimentos, tanto para autoconsumo (ou para serem trocados com vizinhos) quanto para comercialização. Isso porque “a comida é o elemento central na produção camponesa, dotada de uma espécie de linguagem simbólica [...]” (ALMEIDA e PAULINO, 2010, p. 39). Ao se partir destas ambições, a produção alimentar do acampamento pode ser considerada diversa. Os produtos mais relevantes, em termos de volume de cultivo, são a

mandioca (considerada o carro-chefe do acampamento), banana, milho, batata-doce, quiabo e cheiro verde.

São verificados dentro deste território elementos sobre autonomia e práticas agroecológicas. Há uma negação de todo o pacote químico que é imposto por institutos agronômicos e órgãos de extensão rural. Os acampados dizem “basta” a esta lógica, que os submeteria aos impérios agroalimentares, e decidem eles mesmos serem responsáveis por sua forma de manejo e cultivo. Uma negação da ciência agrônoma tal qual ela se encontra hoje se estabelece, pois a “Agroecología debe incorporar la perspectiva histórica y el conocimiento local [...]” (SEVILLA GUZMÁN, 2006, p. 211).

A produção agroecológica na propriedade tem as técnicas do policultivo/plantio em consórcio, rotação de culturas e sistemas agroflorestais (SAF's). Os Sistemas Agroflorestais são a principal proposta produtiva na ocupação, pois com esta técnica há a possibilidade de aproveitar a riqueza vegetal da Mata Atlântica, escalonando o plantio de espécies alimentícias com árvores, que também podem produzir alimentos. O acampamento, com isso, tem a luta pela terra agrofloresteira, que traz a interligação da questão agrária com as dimensões ambiental e alimentar. A agricultura feita pelos camponeses do acampamento José Lutzenberger se difere de outras formas de produção, pelo seu vínculo específico com a natureza, ou seja, eles “formulam e reformulam os processos de produção agrícola em realidades que contrastam significativamente com aquelas criadas por agricultores empresariais e capitalistas” (PLOEG, 2008, p. 37). Não há dúvidas de que as práticas agroecológicas do acampamento José Lutzenberger são específicas, produto da particularidade do etnoecossistema local. Além disso, este lugar tem suas identidades múltiplas, com sua complexa trama de relações sociais, mas que não nega um sentido global do lugar o qual é debatido por Massey (2000). As especificidades deste acampamento dialogam com a essência global que a luta camponesa tem contemporaneamente.

A insubordinação dos acampados aparece quando eles rejeitam o pacote de insumos químicos provenientes de empresas do ramo da biotecnologia e agronegócio. Estes sujeitos não dependem financeiramente da lógica dos impérios agroalimentares; eles mostram-se, neste aspecto, autônomos e autossuficientes. Mais do que isso, eles produzem alimentos, para autoconsumo e para alimentar a população local, sobretudo os alunos das escolas municipais e estaduais, através do PNAE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST encabeça experiências em torno da agroecologia desde os anos 2000. Este movimento social, que sempre teve a luta pela terra e pela Reforma Agrária como as principais bandeiras de luta, agora assume a complexidade do mundo real e defende a produção de alimentos de forma autônoma, livre de qualquer subordinação às empresas do agronegócio. Neste sentido, este foi o intuito do trabalho, apresentar sujeitos que atuam em defesa do direito à terra e que, além disso, assumem a agroecologia como forma de resistência.

Os dois territórios que foram analisados são focos de relutância contra projetos de agricultura mecanizada moderno-industrial sufocantes, por parte de um sistema econômico-financeiro que cada vez mais limita a reprodução social dos camponeses. O capital encontra barreiras e formas específicas de resistência na agroecologia, uma forma mais ampla de se conceber o espaço agrário, sobretudo por seu caráter multidimensional. A agroecologia enfatiza aspectos sociais (priorizando os sujeitos do campo, os camponeses), políticos (em defesa da reforma agrária), ambientais (pensando na coevolução sociedade-natureza) e econômicos (garantindo a reprodução destes camponeses). Ainda, há que ressaltar que a agroecologia percebida no assentamento Contestado e no acampamento José Lutzenberger leva em consideração os saberes e a inventividade dos assentados e acampados, em detrimento da validade do conhecimento científico moderno, no qual o agronegócio se ampara. Esta é a relevância dos conhecimentos locais para a agroecologia.

Há múltiplos conhecimentos práticos, saberes e fazeres, tecidos em íntimo contato com o mundo, no detalhe, conhecimentos locais, não necessariamente universalizáveis, que manejam o potencial produtivo da natureza por meio da criatividade das culturas (diversidade cultural) (PORTO-GONÇALVES, 2012, pg. 119).

O campesinato agroecológico descrito materializa a reestruturação de práticas sociais no campo, faz um resgate, buscando fugir aos ditames da lógica econômico-financeira hegemônica.

As práticas dentro do assentamento e do acampamento, limitadas muitas vezes pelas dificuldades encontradas diariamente, na produção e comercialização, demonstram o quanto a resistência é fundamental para o movimento, e que a luta pela terra, como evidencia Fernandes (1998), antes de tudo, entendida como “uma luta contra a essência do

capital: a expropriação e exploração” é apenas o início de uma batalha complexa na luta pela permanência na terra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A; PAULINO, E. T. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 3. Ed. Rio de Janeiro: 2012.

BATISTA, A. G.; CAPITANI, J. **Passo a passo na implantação de sistema agroflorestal no Assentamento Contestado no município da Lapa – PR**. Boletim da 12ª Jornada de Agroecologia, Maringá, Agosto/2013.

CEPAGRO (Centro de estudos e programação da agricultura em grupo). **Hortas Mandalas**. Disponível em: <<http://www.cepagro.org.br/tecnologias-agroecologicas/hortas-mandala/>>. Acesso em: 26/07/2014.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e sustentabilidade: base conceitual para uma nova Extensão Rural**. Trabalho apresentado no X World Congress of Rural Sociology, Rio de Janeiro, 2000.

FABRINI, J. E; MARCOS, V. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. Expressão Popular: UNESP. 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação: O modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de ciências e tecnologia campus de Presidente Prudente, São Paulo, 2008.

MANTOVANI, J. H. V. **Agroecologia e Educação: A experiência da escola latino americana no Assentamento Contestado, Município da Lapa – Paraná**. 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2008.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP. Papius, 2000.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PIRES, I. C. **Comunidades tradicionais em unidades de conservação: o caso do projeto de assentamento agroflorestal José Lutzenberger na APA de Guaraqueçaba-PR**. 91

f. Monografia (Especialização em análise ambiental) – Setor de Ciências da Terra, Departamento de Geografia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SEVILLA GUZMÁN, E. **De la Sociología Rural a la Agroecología**. Barcelona: Icaria, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, A. Povoando o território da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil contemporâneo. **Revista Pegada Eletrônica**, vol. 11, nº 2, dezembro de 2010.

VALADÃO, A. C. **Transição agroecológica nos assentamentos rurais: Estratégias de resistência e produção de novidades**. 216 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências humanas, letras e artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.